

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Resolução CRH nº 04 , de outubro de 2010.

*Dispõe sobre a Homologação da criação
do Conselho Gestor do Açude Barra de Juá - CONSU/BARRA DE JUÁ*

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei estadual nº 12.984/05 ,art.44.inc. X e XII e demais dispositivos legais;

CONSIDERANDO que o Conselho Gestor do Açude Barra de Juá – CONSU Barra de Juá poderá integrar-se ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, conforme art.52 da lei estadual nº 12.984/05;

CONSIDERANDO que o processo de criação do referido Conselho de Usuários e posse de seus membros em 17/06/10 foi realizado em conformidade com os dispositivos legais, de modo especial a resolução CRH nº 04 datada de 25/03/09 que dispõe sobre normas, critérios para criação e organização dos Conselhos Gestores de Açudes - CONSUs no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º- Homologar a criação do Conselho Gestor do Açude Barra de Juá – CONSU/Barra de Juá, em consonância com o seu Estatuto Social anexo, ad referendum do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

Art. 2º- A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, de outubro de 2010.

João Bosco de Almeida
Presidente do CRH

ESTATUTO DO CONSELHO GESTOR DO AÇUDE BARRA DO JUÁ

CAPÍTULO I Da Denominação, Sede e Foro

Art. 1º. O Conselho Gestor do Açude Barra do Juá, doravante denominado CONSU/Barra do Juá, é um colegiado componente do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, com prazo de duração indeterminado e atuação na área de influência à montante e à jusante do reservatório Barra do Juá, no município de Floresta.

Parágrafo único: O Conselho tem como sede o município de Floresta.

CAPÍTULO II Dos Objetivos e Atribuições

Art. 2º. São objetivos do CONSU/Barra do Juá:

- I – colaborar com a proteção, conservação e usos múltiplos das águas na área de influência do açude Barra do Juá proporcionando o acesso aos recursos hídricos como um direito de todos;
- II -colaborar com os poderes públicos na gestão participativa dos recursos hídricos e no cumprimento da legislação específica;
- III - representar o conjunto das entidades que o integram perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais, no que diz respeito à gestão do açude.

Art. 3º. São atribuições do CONSU/Barra do Juá:

- I – realizar a alocação negociada da água do açude Barra do Juá, seguindo parâmetros definidos pelos órgãos gestores de recursos hídricos de modo a garantir a oferta hídrica sustentável;
- II – Orientar e informar aos usuários sobre os instrumentos de gestão;
- III – Proteger e preservar os recursos hídricos e ambientais;
- IV – Propor atividades para revitalizar o açude Barra do Juá;
- V – Apoiar a fiscalização dos usos dos recursos naturais do entorno do açude Barra do Juá;
- VI – Promover atividades de educação ambiental junto às entidades e usuários representados e as comunidades da área do açude Barra do Juá
- VII – Acompanhar as atividades ligadas às águas e à organização do espaço do açude Barra do Juá;
- VIII – Participar da elaboração do plano de ordenamento e gestão dos recursos hídricos do açude Barra do Juá; e
- IX – Viabilizar a participação como membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Pajeú

Parágrafo único: para cumprimento de tais atribuições, o Conselho poderá firmar compromissos com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais ou estrangeiras, desde que não seja contrário aos artigos deste estatuto.

CAPÍTULO III Da Composição

Art.4º. O CONSU/Barra do Juá é constituído por 16 membros sendo:

- I- 05 membros representantes do Poder Público da União e/ou Estado que tenham interesse em participar da gestão das águas do Açude Barra do Juá e dos Municípios

inseridos no território de influência do açude;

II -05 membros de entidades civis; e

III –06membros de usuários de água, indicados por suas respectivas organizações e grupos formais.

Parágrafo Único: Cada membro titular terá um membro suplente.

Art. 5º - Os representantes das entidades referidas no inciso II do artigo anterior poderão ser indicados por organizações comunitárias; instituições técnicas de ensino, pesquisa e extensão; organização de produtores e organizações cooperativas legalmente constituídas.

CAPÍTULO IV Do Patrimônio

Art. 6º. O patrimônio do CONSU/Barra do Juá será constituído por bens móveis e imóveis, equipamentos adquiridos ou doados ao conselho, auxílios e doações de entidades ou pessoas físicas nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único: Em caso de dissolução, o acervo do CONSU/Barra do Juá será doado à entidade que tenha objetivos afins, de preferência na área de atuação do CONSU, observando o Art.61 do Código Civil e os termos de cessão firmados.

CAPÍTULO V Da Direção

Art. 7º O CONSU/Barra do Juá terá a seguinte estrutura:

I – Assembléia Geral

II – Coordenadoria

Art. 8º A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do Conselho.

Art. 9º A assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que for necessário convocado na forma definida neste estatuto.

Art. 10. Compete à Assembléia Geral Ordinária:

I – Eleger os membros da Coordenadoria;

II – Examinar e votar o plano de trabalho, o relatório anual e avaliação das atividades da Coordenadoria;

III – Votar o Regimento Interno;

IV – Discutir e deliberar anualmente a alocação negociada de água do açude Barra do Juá.

Art. 11. Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I – Decidir sobre mudança dos objetivos e reforma do Estatuto Social do Conselho; com a presença mínima de dois terços (2/3) dos seus membros;

II – Deliberar sobre a admissão e exclusão de membros;

III – Deliberar sobre a dissolução do Conselho;

IV – Deliberar sobre os demais assuntos de interesse do Conselho em consonância com seu estatuto.

Parágrafo único: Caso ocorra destituição ou renúncia de membros da Coordenadoria, a

Assembléia Geral Extraordinária indicará substitutos para concluir o mandato.

Art. 12. O quorum para a realização das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, é de dois terços (2/3) em primeira convocação, um terço (1/3) em segunda e última convocação com intervalo de 30 minutos entre as convocações.

Parágrafo único: Será computado, nas deliberações, um voto por cada entidade membro do CONSU/Barra do Juá.

Art.13. As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Coordenador ou por um quinto dos membros em pleno gozo dos seus direitos e deveres, com indicação de pauta, convocada com antecedência mínima de 10 dias, através de edital de amplo conhecimento dos membros integrantes do CONSU/Barra do Juá.

Art.14. Os trabalhos da Assembléia serão sempre dirigidos pelo Coordenador do CONSU/Barra do Juá, ou seu substituto legal, e suas deliberações serão consignadas em ata assinada por todos os membros presentes.

Art. 15. A Coordenadoria é composta de Coordenador, Coordenador Adjunto e Secretário, todos eleitos em Assembléia Geral ordinária para um mandato de 3 anos, sendo permitida uma única reeleição para o mesmo cargo.

Art. 16. Compete à Coordenadoria:

- I – Cumprir e fazer cumprir a Lei Federal e Estadual de Recursos Hídricos, as resoluções do Conselho Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e demais legislações pertinentes, o presente Estatuto Social, as deliberações das Assembléias Gerais e o Regimento Interno do Conselho;
- II – Elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o à Assembléia Geral;
- III – Submeter à Assembléia Geral o relatório anual das atividades da Coordenadoria;
- IV – Criar grupos de trabalho necessários à operacionalização do plano de trabalho aprovado pela Assembléia Geral;

Art. 17. Compete ao Coordenador:

- I – Representar o Conselho em juízo ou fora dele;
- II – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III – Convocar Titulares e dirigir o trabalho da Assembléia Geral e das reuniões da Coordenadoria;
- IV – Assinar atos e documentos constitutivos de obrigações legais e estatutárias;
- V – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 18. Compete ao Coordenador Adjunto:

- I – Substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos;
- II – Participar das reuniões da Coordenadoria;
- III – Dirigir Grupos de Trabalho;
- IV – Colaborar com as atividades do Conselho;
- V – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 19. Compete ao Secretário:

- I – Substituir o Coordenador Adjunto em casos de impedimentos;
- II – Manter atualizada a correspondência do Conselho;
- III – Cuidar da comunicação do Conselho com seus membros;
- IV – Manter a guarda da documentação;

V – Secretariar as Assembléias Gerais e reuniões da Coordenadoria;

Art. 20. Nenhum membro do Conselho Gestor do Açude Barra do Juá será remunerado.

CAPÍTULO VI

Do Processo de Eleição e Renovação das Entidades Membros

Art.21. O processo eleitoral para renovação da Coordenadoria e das entidades membros do CONSU/Barra do Juá se fará através de uma Comissão Eleitoral formada por 3 membros, um de cada segmento, eleita pelo plenário do Consu, com o objetivo de conduzir todo o processo eleitoral.

Art 22. Serão eleitas em sessão plenária, por segmento, as respectivas representações.

Art.23. A indicação dos representantes titulares e suplentes, dos Poderes Públicos federal, estadual e municipal, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado no prazo estabelecido pela comissão eleitoral.

Art.24. As organizações civis para se habilitarem a participar do processo eleitoral deverão se inscrever, de acordo com prazos e locais definidos pela Comissão Eleitoral e devem estar legalmente constituída.

Art.25. Os usuários para se habilitarem a participar do processo eleitoral deverão se inscrever de acordo com os prazos e locais definidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 26. A eleição da coordenadoria e a renovação de membros será realizada em Assembléia Ordinária a cada 3 anos, contados da data de constituição do Conselho e eleição da primeira coordenadoria.

§ 1º. As entidades eleitas serão empossadas imediatamente após a proclamação dos resultados da eleição, realizada em votação ou por aclamação, a critério da Assembléia Geral.

Art. 27. Cada entidade-membro representada no Conselho terá direito a um único voto.

Art. 28. A Coordenadoria deverá contemplar, preferencialmente, na sua composição, os diversos segmentos sociais – poderes públicos, usuários e entidades civis - representados no Conselho.

Art. 29. Será divulgado amplamente em edital o dia, horário, local e critérios de votação entre as entidades-membros do Conselho, em locais públicos, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data estabelecida para a eleição.

CAPÍTULO VII

Das Atribuições dos Membros

Art. 30. Aos membros do CONSU/Barra do Juá compete:

- I - Discutir e votar todas as matérias que lhes forem submetidas;
- II - Apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - Solicitar vistas de processos, devidamente justificadas, que serão apreciadas e decididas pelo plenário;
- IV - Solicitar ao Coordenador convocação de reuniões extraordinárias;
- V - Propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela

constante;

VI - Fazer constar em ata o ponto de vista discordante, quando julgar relevante;

VII - Propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CONSU/Barra do Juá;

VIII - Votar e ser votado para os cargos previstos neste Estatuto;

IX - Deliberar sobre a solicitação de vistas das matérias e processos;

X- Propor a criação de Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho;

XI - Participar das Câmaras Técnicas;

XII- Participar efetivamente das reuniões.

CAPÍTULO VIII

Desligamento dos Membros do CONSU/Barra do Juá

Art. 31. A ausência injustificada perante a assembléia em três reuniões consecutivas, ou não, ordinárias ou extraordinárias, implicará no desligamento da entidade.

Parágrafo Único: após duas faltas de um membro, a coordenação comunicará oficialmente a entidade, a ausência do seu representante e solicitará nova indicação para CONSU/Barra do Juá. Ocorrendo a terceira falta, em um período de 12 meses, será considerada excluída do CONSU/Barra do Juá.

CAPITULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 32. O Conselho deverá manter, pelo menos, os seguintes registros:

I – Cadastro de entidades representadas;

II – Atas das reuniões da Coordenadoria;

III – Atas das Assembléias Gerais;

IV – Assinatura de presença dos representantes de entidades às Assembléias Gerais.

Art. 33. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral nos limites da legislação vigente.

Art. 34. O presente estatuto, votado e aprovado em Assembléia Geral realizada em 17 /06 /2010, entra em vigor a partir desta data.

Floresta, 17 de junho de 2010.